

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

JORNAL DA TARDE
 11 ABR 1991

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Orlando Marques
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

O novo clima

Evidentemente, não é hora, ainda, de abandonar a expectativa pessimista para cair no otimismo. Mas é inegável que a simples conclusão do acordo com nossos credores teve o efeito imediato de mudar a atitude do sistema financeiro internacional em relação ao Brasil.

De repente, quebrou-se o “gelo” em que estávamos metidos desde os tempos da moratória “soberana” do ministro Dílson Funaro.

Ninguém sentiu melhor a rapidez da mudança do conceito internacional do Brasil do que o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Fonseca. Em fevereiro, quando esteve no Japão chefiando uma delegação que tentava negociar empréstimos para o País, Fonseca foi informado de que só depois de o Brasil fechar um acordo com os bancos privados os japoneses se disporia a conversar. Agora, no mesmo dia em que o Brasil e o comitê dos bancos credores anunciavam o acerto sobre os juros atrasados, Fonseca, que estava com a ministra Zélia no Japão, reiniciou os entendimentos com os japoneses para a liberação de US\$ 2,5 bilhões para o Brasil, o que poderá acontecer rapidamente.

A própria ministra Zélia já está colhendo os frutos desse novo clima. Antes de sua viagem a Nagoya, para participar da reunião do BID, ela foi aconselhada por funcionários japoneses a não tentar marcar audiências com autoridades e empresários daquele país. Depois do que aconteceu segunda-feira em Nova York, a ministra já conseguiu agendar uma viagem ao Exterior até o final de junho, com uma passagem por Tóquio apenas para manter contatos com o governo japonês. E não foi só as portas do Japão que o acordo inicial com o bancos abriu para o Brasil: até o final do mês o BID deverá liberar os US\$ 350 milhões que foram bloqueados em sua última reunião por iniciativa dos Estados Unidos. E vários empréstimos

do BID e do Banco Mundial que estavam congelados, mesmo depois de aprovados tecnicamente, também serão liberados.

Esses fatos, mais a boa notícia divulgada ontem em Brasília de que, apesar de todas as besteiras que fizemos, ainda cresceu a entrada de dólares no País no primeiro trimestre deste ano, podem significar a reinserção do Brasil no mercado financeiro internacional, do qual nosso país esteve praticamente afastado desde o **setembro negro** de 1982. Tudo isso mostra que não existe nenhum preconceito antibrasileiro no Exterior, que o Brasil não é um país perseguido, como sucessivos governos em Brasília quiseram fazer crer. Se montanhas de dólares deixaram de entrar no País nesse período — o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, calcula que de 83 a 90 perdemos US\$ 10 bilhões só de investimentos diretos —, foi por culpa exclusiva dos governos brasileiros. Lá fora há simpatia, boa vontade e, sobretudo, interesse em investir no Brasil em condições normais de temperatura e pressão. Afinal, o Brasil, apesar da “década perdida”, continua sendo um dos países em desenvolvimento com melhores “condições objetivas” — excluídas as políticas, é claro — para atrair investimentos estrangeiros.

Para manter a boa imagem recuperada o governo Collor precisará, apenas, levar às últimas consequências a nova orientação anunciada pela ministra Zélia Cardoso de Mello no combate à inflação.

Se se convenceu de que terminou a era dos **pacotes**, é hora, então, de acabar com a recessão, estimulando os investimentos nacionais e estrangeiros por meio de demonstrações concretas de que o governo pretende reduzir ao mínimo a sua intervenção nas atividades econômicas. A insistência na manutenção dos controles de preços não traduz essa intenção.